

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 18/15**

**FORNECIMENTO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA**

**CONTRATO Nº 79/15**

**ÍNDICE**

Cláusula Primeira - Do Objeto Contratual	pág. 1
Cláusula Segunda - Da Vigência/Prazo e Local de Entrega	pág. 1
Cláusula Terceira - Das Condições do Fornecimento	pág. 1
Cláusula Quarta - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada	pág. 2
Cláusula Quinta - Das Obrigações da CET	pág. 2
Cláusula Sexta - Do Valor e Preços	pág. 2
Cláusula Sétima – Do Pagamento	pág. 3
Cláusula Oitava - Dos Impostos e Incidências Fiscais	pág. 3
Cláusula Nona – Das Garantias	pág. 4
Cláusula Décima - Das Penalidades	pág. 4
Cláusula Décima Primeira - Da Rescisão	pág. 6
Cláusula Décima Segunda - Do Recebimento do Objeto	pág. 6
Cláusula Décima Terceira - Da Subcontratação	pág. 6
Cláusula Décima Quarta - Da Legislação Aplicável	pág. 6
Cláusula Décima Quinta - Da Legislação Específica	pág. 6
Cláusula Décima Sexta - Do Foro	pág. 7

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 18/15**

**FORNECIMENTO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA**

**EXPEDIENTE Nº 18/15**

**CONTRATO Nº 79/15, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET E UNIC-CENTRAL DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS.**

A **COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET**, com sede nesta Capital na Rua Barão de Itapetininga nº 18, inscrita no CNPJ sob o nº 47.902.648/0001-17, neste ato representada por seus Representantes Legais ao final assinados, doravante designada **CET** e **UNIC-CENTRAL DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS**, com sede nesta Capital, na Rua Martinho de Campos nº 340, Vila Anastácio, São Paulo/SP, CEP 05093-050, com Telefone(s) nº(s) 3832-7372, e-mail [uniccentral@terra.com.br](mailto:uniccentral@terra.com.br), inscrita no CNPJ sob o nº 08.210.709/0001-23 e Inscrição Estadual nº 149.376.246.111, neste ato representada por seu(s) Representante(s) Legal(is) ao final assinado(s), doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado a execução deste instrumento, o que fazem com base no disposto na Ata de RP Nº 23/15, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, e no que couber, Lei Municipal nº 13.278/02, Decretos Municipais nºs 43.406/03, 44.279/03, 46.662/05, 47.014/06, 49.511/08, 50.537/09, 50.605/09, 52.552/11 e 54.102/13, observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas, sem prejuízo daquelas previstas no Edital do Pregão Eletrônico Nº 18/15 e na Ata de RP Nº 23/15 que integram o presente.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL**

- 1.1. Constitui objeto deste Contrato o fornecimento de material de copa e cozinha, obrigando-se a **CONTRATADA** a executá-lo de acordo com o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 18/15**, o Anexo I - Especificação Técnica, o Anexo III - Proposta e demais elementos que compõem o expediente mencionado no preâmbulo os quais passam a integrar este instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA/PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

- 2.1. O prazo de duração deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
- 2.2. O prazo de entrega do fornecimento é de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da "Ordem de Fornecimento" pela **CONTRATADA**.
- 2.3. O local para entrega será no Almoxarifado da **CET**, localizado na Avenida Thomas Edison, 910 - Bairro Barra Funda - São Paulo/SP, ou outro indicado pelo Gestor do Contrato da **CET**, em dia e horário comercial das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 16h00 dentro do Município de São Paulo.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

- 3.1. Os fornecimentos serão parcelados e deverão obedecer as solicitações da unidade requisitante, efetuada através da "Ordem de Fornecimento".
- 3.2. Os produtos deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.
- 3.3. A frequência das solicitações de fornecimento e as quantidades poderão variar de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1. Indicar seu preposto em até 05 (cinco) dias, contados a partir da data da assinatura deste Instrumento, para representá-la na execução deste Contrato.
- 4.2. A **CONTRATADA** deverá manter durante toda a vigência contratual, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação no certame licitatório.
- 4.3. A **CONTRATADA** obriga-se a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento.
- 4.4. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos solicitados, bem como comunicar imediatamente a **CET**, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento deste contrato.
- 4.5. A **CONTRATADA** deverá comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela **CET**, por meio de pessoa devidamente credenciada, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com o objeto contratado.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CET

- 5.1. Designar Gestor do Contrato.
- 5.2. Exercer a fiscalização, verificando se os fornecimentos e especificações estão sendo cumpridos nos moldes do Anexo I - Especificação Técnica e Anexo III - Proposta.
- 5.3. Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela **CONTRATADA**.
- 5.4. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas devidamente aprovadas, referentes aos fornecimento efetuados pela **CONTRATADA**.
- 5.5. Devolver, quando for o caso, com a devida justificativa, qualquer produto entregue fora das especificações contratadas, bem como com prazo de validade vencido.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E PREÇOS

- 6.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ 4.594,20 (quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais e vinte centavos), com base na proposta de 29/junho/15.
- 6.2. Os preços unitários e quantidades prevista no objeto deste Contrato são:

Item da Ata	Descrição	Marca fabricante	Unid	Quant	Preço unit R\$
6.2.5	Palheta em plástico/polipropileno para café, pacote c/ 500 unidades, conforme Especificação Técnica nº 005	Plast Food	pacote	1.140	4,03

- 6.3. Os preços para os fornecimentos, são os constantes da proposta da licitante e remunerará todos os custos básicos diretos, bem como o frete, transporte, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais ou quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto deste Contrato.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

- 7.1. A **CONTRATADA** emitirá Nota Fiscal Eletrônica ou documento equivalente, correspondente aos fornecimento executados, que será paga, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do adimplemento da obrigação, observada as condições estabelecidas no artigo 40, inciso XIV da Lei Federal nº 8.666/93, no que couber.
- 7.1.1. Ocorrendo eventual atraso por culpa da **CET**, no pagamento da parcela mensal, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro rata tempore”), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu, nos termos da Portaria 05/12 - Secretaria de Finanças.
- 7.1.2. O pagamento será efetuado exclusivamente em conta corrente bancária, na Caixa Econômica Federal - CEF, indicada pela **CONTRATADA**. A informação deverá ser encaminhada para a Gerência Financeira - GFI, Rua Barão de Itapetininga nº 18 - 4º andar.
- 7.1.2.1. Caso a **CONTRATADA**, solicite que o pagamento seja creditado em conta corrente de outro banco que não o indicado pela **CET**, arcará com todas as despesas e tarifas bancárias vigentes, incorridas na transação de pagamento: DOC, TED, tarifa de emissão de cheque e outras.
- 7.1.3. A **CONTRATADA** deverá encaminhar os arquivos eletrônicos para a Gerência Financeira - GFI (e.mail: [gfi@cetsp.com.br](mailto:gfi@cetsp.com.br)) no caso de utilização da DANFE, ficando o pagamento condicionado ao encaminhamento desses arquivos.
- 7.1.4. Caso o documento fiscal seja apresentado com erro, será devolvido para correção, contando-se novo prazo para análise, aprovação e pagamento a partir da reapresentação.
- 7.2. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicará na aceitação dos fornecimento pela **CET**.

### CLÁUSULA OITAVA - DOS IMPOSTOS E INCIDÊNCIAS FISCAIS

- 8.1. Os tributos, taxas, impostos, emolumentos, contribuições previdenciárias, trabalhistas, fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, deste Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, assim definido na legislação vigente, sem direito a reembolso.

### CLÁUSULA NONA - DAS GARANTIAS

- 9.1. A **CONTRATADA** prestou garantia em favor da **CET**, no valor de R\$ 137,82 (cento e trinta e sete reais e oitenta e dois centavos), correspondente a 3% (três por cento) do valor total do presente Contrato, na assinatura deste instrumento, a fim de assegurar a sua execução e será prestada em qualquer das modalidades admitidas pelo § 1º do artigo 56 da Lei Federal 8.666/93, regulamentada pela Portaria nº 122/09, da Secretaria de Finanças do Município de São Paulo.
- 9.1.1. Em caso da **CONTRATADA** optar pela prestação da Garantia na modalidade de Fiança Bancária, deverá apresentar conforme o Anexo VIII - Modelo de Fiança Bancária, do Edital.

- 9.2. A garantia será devolvida à **CONTRATADA** em até 30 (trinta) dias da lavratura do Termo de Recebimento Definitivo do objeto e após a quitação das multas contratuais eventualmente existentes, atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente.
- 9.3. Se houver prorrogação ou acréscimo ao valor do Contrato, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a complementação da garantia na assinatura do respectivo Termo Aditivo.
- 9.4. A **CONTRATADA** garantirá a qualidade dos fornecimento, pelo período mínimo de 06 (seis) meses, comprometendo-se a substituir, aqueles que apresentarem qualquer tipo de irregularidade, no prazo de 02 (três) dias úteis, contados a partir da constatação da irregularidade, arcando com os custos decorrentes.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

- 10.1. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Municipal nº 13.278/02, Decreto Municipal nº 44.279/03, estando sujeita ainda às seguintes multas/sanções, cujo cálculo tomará por base o valor do Contrato nas mesmas bases do ajuste:
- 10.1.1. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do objeto sobre o valor dos fornecimento em atraso, valor esse que será descontado no ato do pagamento da nota fiscal ou fatura, até o limite de 10 (dez) dias do prazo fixado, para a entrega, após restará configurada inexecução parcial do ajuste.
- 10.1.2. Multa de 1% (um por cento) por ocorrência sobre o valor total contratual, para o caso de descumprimento de qualquer outra cláusula contratual sem justa causa aceita pela **CET**, a **CONTRATADA** não cumprir com qualquer outra obrigação assumida em decorrência do contrato, a ser descontada no primeiro pagamento subsequente à infração, até o limite de 10 (dez) dias, após o que será configurada inexecução parcial contratual, com a aplicação das penalidades inerentes.
- 10.2. Pelo inadimplemento total ou parcial deste contrato, independentemente de rescisão, a **CONTRATADA** ficará sujeita a critério da **CET**, às seguintes penalidades:
- 10.2.1. Advertência.
- 10.2.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lote entregue em desacordo com as especificações do Edital que precedeu o ajuste, sem prejuízo de sua substituição no prazo estabelecido, conforme sub item 9.4.
- 10.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre a parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
- 10.2.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual, por inexecução total do ajuste.
- 10.3. A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar sua rescisão nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 10.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação, quando houver, em especial:

a) - reincidência de execução insatisfatória dos fornecimento contratados;

- b) - atraso, injustificado, na execução/conclusão dos fornecimento, contrariando o disposto no contrato;
- c) - reincidência na aplicação das penalidades de multa;
- d) - irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- e) - condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f) - prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do contrato;
- g) - prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir o Contratado idoneidade para contratar com a **CET**.

**10.5.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

a) A declaração de inidoneidade poderá ser proposta ao Diretor Presidente da **CET** quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do **CONTRATANTE**, evidência de atuação com interesses escusos, inclusive apresentação de documentos falsos ou falsificados ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo ao **CONTRATANTE** ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

**10.6.** A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e sua cobrança não isentará a **CONTRATADA** da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

**10.7.** Eventuais penalidades pecuniárias, aplicadas à **CONTRATADA** após o devido procedimento, poderão ser ressarcidas por meio de compensação, descontando-se de pagamentos vincendos que a **CONTRATADA** tenha a receber da **CET**, seja no âmbito do presente Contrato, ou poderão ser descontados da garantia prestada, se houver ou, ainda, ser cobrado administrativa ou judicialmente.

**10.7.1.** Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

**10.7.2.** No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Decreto Municipal nº 44.279/03 e Lei Federal nº 8.666/93.

**10.8.** As sanções/multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, sendo descontadas do pagamento respectivo ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente, no caso de aplicação de eventuais penalidades.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

**11.1.** A **CET** poderá rescindir de pleno direito este contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à contratada qualquer direito de reclamação ou indenização, sem prejuízo da cláusula Penalidades, sempre que ocorrer inobservância de programação, especificações e recomendações fornecidas pelo gestor do contrato da **CET**, nos casos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e artigo 14 da Lei Municipal nº 13.278/02 e Decreto Municipal nº 44.279/03.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 12.1.** O objeto do Contrato somente será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste, observadas as disposições constantes do artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 13.1.** A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto deste contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão do referido contrato e sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- 14.1.** Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02, Lei Municipal nº 13.278/02, Decretos Municipais nºs 44.279/03 e 46.662/05 e legislação correlata, aplicando-se, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

- 15.1.** Lei Federal nº 6.938 de 31/08/81 – Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor;
- Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/78 – Aprova técnicas Especiais Relativas a Alimentos e Bebidas;
- Instrução Normativa nº 6 de 15/03/13 do IBAMA – Cadastro Técnico Federal;
- NBR 14865 – Copos Plásticos Descartáveis;
- Portaria INMETRO nº 453/10 – Procedimento de Fiscalização - Copos Plásticos Descartáveis e
- Resoluções ANVISA nº 105/99 – Aprova os Regulamentos Técnicos Disposições Gerais para Embalagens e Equipamentos Plásticos em contato com Alimentos, RDC nº 271/05 – Aprova Regulamento Técnico para Açúcares e Produtos para Adoçar e RDC nº 277/05 – Aprova o Regulamento Técnico para Café, Cevada, Chá, Erva-Mate e produtos Solúveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

- 16.1.** Para solucionar quaisquer questões oriundas deste Contrato, é competente, por disposição legal, o foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital, São Paulo.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo indicadas.

São Paulo, 14 de AGOSTO de 2015

**PELA CET**



---

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 18/15**

**FORNECIMENTO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA**

**ANEXO I**

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

**Fazem parte desta especificação:**

**ET – 005 – MEXEDOR PARA CAFÉ**